

Banco Randon S.A.

**Demonstrações financeiras
consolidadas do conglomerado
prudencial em 30 de junho de
2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstração dos resultados	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis	10



KPMG Auditores Independentes
Av. Borges de Medeiros, 2.233 - 8º andar
90110-150 - Porto Alegre/RS - Brasil
Caixa Postal 199 - CEP 90001-970 - Porto Alegre/RS - Brasil
Telefone +55 (51) 3303-6000, Fax +55 (51) 3303-6001
www.kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos Acionistas e aos Conselheiros do
Banco Randon S.A.
Caxias do Sul - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Randon S.A. (Instituição), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações contábeis de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos na nota explicativa nº 2 - Apresentação das Demonstrações Financeiras.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do Banco Randon S.A. em 30 de junho de 2017, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial previstas na resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 as referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas”. Somos independentes em relação a Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Ênfase

Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, que divulgam que as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial da instituição foram elaboradas para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil.

Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins. Nossa opinião não está modificada com relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritas na nota explicativa no 2, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras Consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da resolução nº 4.280 do CMN, e regulamentações completares do BACEN, tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, a garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBCT A 800 (Condições Especiais - Auditoria de Demonstrações Contábeis de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para



Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e das respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 31 de agosto de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7

Wladimir Omiechuk
Contador CRC RS-041241/O-2

Banco Randon S.A. - Conglomerado Prudencial

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

		2017	2016			2017	2016
Ativo	Nota			Passivo e patrimônio líquido	Nota		
Circulante		<u>345.839</u>	<u>362.436</u>	Circulante		<u>180.340</u>	<u>181.993</u>
Caixa e equivalentes de caixa	4	<u>10.827</u>	<u>19.596</u>	Depósitos	12	<u>24.933</u>	<u>1.856</u>
Títulos e valores mobiliários	5	<u>52.742</u>	<u>57.411</u>	Depósitos a prazo		24.933	1.856
Carteira própria		18.047	22.931	Obrigações por empréstimo		<u>67.574</u>	<u>95.593</u>
Cotas de fundos de investimento		34.695	34.480	Obrigações por empréstimos e repasses	13	67.565	95.565
Operações de crédito		<u>217.416</u>	<u>222.119</u>	Empréstimos no país		9	28
Setor privado	6a	226.855	227.982	Outras obrigações		<u>87.833</u>	<u>84.544</u>
(-) Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	6b	(9.439)	(5.863)	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		183	117
Outros créditos		<u>64.043</u>	<u>62.863</u>	Sociais e estatutárias	14	1.972	1.735
Rendas a receber	8	-	1	Fiscais e previdenciárias		5.955	5.274
Recursos pendentes de recebimento	7	57.477	51.199	Recursos pendentes de recebimento	7	57.477	51.199
Outros créditos - diversos	8	6.566	11.663	Recursos não procurados	15	9.214	9.141
Outros valores e bens		<u>811</u>	<u>447</u>	Outras obrigações - diversas		13.032	17.078
Bens não de uso próprio	10	193	70	Exigível a longo prazo		<u>150.200</u>	<u>227.403</u>
Despesas antecipadas		618	377	Depósitos	12	<u>7.931</u>	<u>26.929</u>
Realizável a longo prazo		<u>129.043</u>	<u>189.360</u>	Depósitos a prazo		7.931	26.929
Operações de crédito		<u>71.545</u>	<u>135.184</u>	Obrigações por empréstimos		<u>50.705</u>	<u>119.658</u>
Setor privado	6a	74.788	137.823	Obrigações por empréstimos e repasses	13	50.705	119.658
(-) Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	6b	(3.243)	(2.639)	Outras obrigações		<u>91.564</u>	<u>80.816</u>
Outros créditos		<u>57.238</u>	<u>53.747</u>	Outras obrigações - diversas	15	91.564	80.816
Outros créditos - diversos	8	15.503	12.545	Resultado de exercícios futuros		<u>997</u>	<u>891</u>
Pagamentos a ressarcir	9	68.381	62.633	Resultado de exercícios futuros	17	997	891
(-) Provisão com pagamentos a ressarcir	9	(26.646)	(21.431)	Participação de não controladores		<u>64.572</u>	<u>62.480</u>
Outros valores e bens		<u>260</u>	<u>429</u>	Patrimônio líquido		<u>79.868</u>	<u>80.440</u>
Despesas antecipadas		226	376	Capital social			
Outros valores e bens		34	53	De domiciliados no país	18a	75.000	75.000
Permanente		<u>1.095</u>	<u>1.411</u>	Reservas de lucros		2.142	1.867
Investimentos		<u>5</u>	<u>5</u>	Ajustes de avaliação patrimonial		1	1
Imobilizado de uso	11	<u>595</u>	<u>678</u>	Lucros acumulados		2.725	3.572
Imobilizado de uso		2.429	2.360	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>475.977</u>	<u>553.207</u>
Depreciações acumuladas		(1.834)	(1.682)				
Intangível	11	<u>495</u>	<u>728</u>				
Intangível		5.431	5.444				
Amortizações acumuladas		(4.936)	(4.716)				
Total do ativo		<u>475.977</u>	<u>553.207</u>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Randon S.A. - Conglomerado Prudencial

Demonstração dos resultados

Semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	2017	2016
Receitas da intermediação financeira		<u>24.170</u>	<u>27.094</u>
Operações de crédito		20.819	22.410
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		3.351	4.684
Despesas da intermediação financeira		<u>(12.428)</u>	<u>(12.570)</u>
Operações de captação no mercado		(5.668)	(5.998)
Operações de empréstimos e repasses		(2.800)	(4.286)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(3.960)	(2.286)
Resultado bruto da intermediação financeira		<u>11.742</u>	<u>14.524</u>
Outras receitas/(despesas) operacionais		<u>12.573</u>	<u>7.635</u>
Receitas de prestação de serviços		65.426	59.096
Rendas de tarifas bancárias		374	186
Despesas de pessoal		(9.113)	(8.906)
Outras despesas administrativas	21	(37.138)	(33.210)
Despesas tributárias		(8.288)	(7.668)
Outras receitas operacionais	22	2.669	2.406
Outras despesas operacionais	22	(1.357)	(4.269)
Resultado operacional		<u>24.315</u>	<u>22.159</u>
Resultado não operacional		(151)	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro	19	<u>24.164</u>	<u>22.159</u>
Imposto de renda e contribuição social		<u>(9.050)</u>	<u>(8.246)</u>
Provisão para imposto de renda	19	(6.767)	(6.115)
Provisão para contribuição social	19	(3.340)	(3.104)
Ativo fiscal diferido	19	1.057	973
Lucro líquido do semestre		<u>15.114</u>	<u>13.913</u>
Atribuível à:			
Controladores		<u>2.868</u>	<u>3.760</u>
Não controladores		<u>12.246</u>	<u>10.153</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Randon S.A. - Conglomerado Prudencial

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros					Total	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva Legal	Reserva geral de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados			
Saldos em 01 de janeiro de 2016	<u>75.000</u>	<u>736</u>	<u>8.894</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>84.631</u>	<u>52.327</u>	<u>136.958</u>
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	3.760	3.760	10.153	13.913
Dividendos AGOE 26/04/2016	-	-	(7.951)	-	-	(7.951)	-	(7.951)
Destinações:								
Reserva legal	-	188	-	-	(188)	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2016	<u>75.000</u>	<u>924</u>	<u>943</u>	<u>1</u>	<u>3.572</u>	<u>80.440</u>	<u>62.480</u>	<u>142.920</u>
<i>Mutações do semestre</i>	<u>-</u>	<u>188</u>	<u>(7.951)</u>	<u>-</u>	<u>3.572</u>	<u>(4.191)</u>	<u>10.153</u>	<u>5.962</u>
Saldos em 01 de janeiro de 2017	<u>75.000</u>	<u>1.056</u>	<u>5.502</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>81.559</u>	<u>52.326</u>	<u>133.885</u>
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	2.868	2.868	12.246	15.114
Dividendos AGO 27/04/2017	-	-	(4.559)	-	-	(4.559)	-	(4.559)
Destinações:								
Reserva legal	-	143	-	-	(143)	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2017	<u>75.000</u>	<u>1.199</u>	<u>943</u>	<u>1</u>	<u>2.725</u>	<u>79.868</u>	<u>64.572</u>	<u>144.440</u>
<i>Mutações do semestre</i>	<u>-</u>	<u>143</u>	<u>(4.559)</u>	<u>-</u>	<u>2.725</u>	<u>(1.691)</u>	<u>12.246</u>	<u>10.555</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Randon S.A. - Conglomerado Prudencial

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do semestre	15.114	13.913
Ajustes ao resultado:		
Constituição provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	3.960	2.306
Constituição de provisão para contingências	153	45
Constituição de provisão para desvalorização de outros valores e bens	9	-
Constituição de provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	20	
Depreciações e amortizações	208	240
Reversão de provisões de comissões	(420)	(722)
Despesas com provisão com empréstimos	1.028	3.700
Despesas com provisão com investimentos	11	101
Despesas com provisão (reversão) de outras provisões operacionais	304	(463)
Custo dos ativos baixados	5	30
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	9.050	8.246
Juros sobre dívida subordinada	4.858	5.076
Lucro líquido ajustado	34.300	32.472
Variações nos ativos e passivos	(3.707)	(7.129)
Redução em títulos e valores mobiliários	10.931	2.545
Redução em operações de crédito	26.834	43.756
Redução / (Aumento) em outros créditos	1.313	(18.345)
Redução / (Aumento) em outros valores e bens	73	(85)
Aumento depósitos a prazo	5.734	10.781
Redução em obrigações por empréstimos e repasses	(46.433)	(53.300)
(Redução) / Aumento em outras obrigações	(1.878)	7.655
Redução em resultados de exercícios futuros	(281)	(136)
Impostos pagos sobre o lucro	(11.319)	(10.702)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades operacionais	19.274	14.641
Aquisição de imobilizado de uso	(113)	(72)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de investimento	(113)	(72)
Dividendos pagos	(25.921)	(25.887)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamentos	(25.921)	(25.887)
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa	(6.760)	(11.318)
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do semestre	17.587	30.914
No fim do semestre	10.827	19.596
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa	(6.760)	(11.318)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Banco Randon S.A. ("Banco") foi constituído em 26 de outubro de 2009 e atua sob a forma de banco múltiplo, autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 14 de dezembro de 2009. Suas atividades operacionais tiveram início em 20 de julho de 2010 e atualmente opera com as carteiras de crédito, financiamento e investimento; investimento e de arrendamento mercantil.

Atualmente, as operações do Banco são voltadas às oportunidades geradas pelo conglomerado econômico financeiro, formado pelas empresas Randon no tocante a repasses de crédito BNDES-FINAME, crédito ao consumidor (CDC), financiamentos e empréstimos de capital de giro e suas demonstrações financeiras devem ser analisadas neste contexto.

A Randon Administradora de Consórcios Ltda. ("Administradora"), tem como objetivo a administração de grupos de consórcio para aquisição de bens de consumo duráveis. Os recursos recebidos dos grupos de consórcio são utilizados na aquisição dos bens, sendo o excedente aplicado no mercado financeiro.

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.280/2013, essas empresas estão consolidando suas demonstrações financeiras para fins de apresentação do Conglomerado Prudencial.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução CMN nº 4.280/2013 e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN). Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, o Banco como entidade controladora consolidou suas demonstrações financeiras com as da Randon Administradora de Consórcios Ltda, somando os saldos de itens de mesma natureza, e eliminando o efeito de eventuais transações entre as entidades envolvidas. As demonstrações consolidadas foram elaboradas utilizando-se políticas contábeis uniformes para transações e eventos similares.

As demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial do semestre findo em 30 de junho de 2017 foram aprovadas pela Diretoria em reunião realizada na data de 22 de agosto de 2017.

3 Resumo das principais práticas contábeis

a. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional das Instituições integrantes do Conglomerado Prudencial.

b. Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro-rata* dia para as de natureza financeira, as quais são calculadas com base no modelo exponencial. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

A taxa de administração dos grupos de consórcio é reconhecida como receita na Administradora por ocasião do recebimento das parcelas conforme art. 8º, § 2º da Circular n.º 2.381/1993 do BACEN. As despesas de comissões de vendas das cotas de consórcio são apropriadas ao resultado por ocasião dos recebimentos das parcelas dos consorciados pela qual as comissões estão vinculadas e classificadas na rubrica outras despesas administrativas. As demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal.

c. Caixa e equivalentes de caixa - Demonstração dos fluxos de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

A demonstração do fluxo de caixa pelo método indireto foi preparada e apresentada de acordo com o CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

d. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e. Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN n.º 3.068/2001 e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação da Administração em três categorias específicas atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- (i) **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- (ii) **Títulos disponíveis para a venda** - Que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido deduzidos dos efeitos tributários; e
- (iii) **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

f. Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00.

As operações de crédito prefixadas estão contabilizadas pelo valor até o vencimento reduzidas das rendas a apropriar, que são calculadas pelo método exponencial e apropriadas ao resultado, segundo regime de competência.

A atualização (“*accrual*”) das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, são mantidas em rendas a apropriar.

As baixas das operações de crédito contra prejuízo (“*write-offs*”) são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no rating “H”, desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle destes valores ocorre em contas de compensação por no mínimo cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais.

Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos prazos, conforme facultado pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

g. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos pelo BACEN nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e as eventuais receitas provenientes de renegociações somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer e reclassificação da operação para categoria de menor risco.

h. Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias “*pro rata*” dia incorridos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar, quando aplicáveis.

i. Investimentos

Os investimentos são avaliados pelo custo, líquido de provisão para perdas, quando aplicável.

j. Bens não de uso próprio

Em alguns casos, os bens são reintegrados após a execução dos créditos inadimplentes. Bens reintegrados são mensurados pelo valor justo de mercado, e o montante é registrado em “Bens não de uso próprio”.

k. Imobilizado de uso

Demonstrado ao valor de custo. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota 11, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens com base em laudo de avaliação técnica e demais critérios estabelecidos na Resolução n.º 4.535 e Circular n.º 3.817 BACEN.

l. Intangível

Corresponde a direitos adquiridos (licenças de uso de *software*, sistema de processamento de dados e marcas e patentes) que tem por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção. Está demonstrado ao valor de custo, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, e levam em conta sua vida útil-econômica com base em laudo de avaliação técnica, bem como os demais critérios estabelecidos na Resolução n.º 4.534 e Circular n.º 3.818 BACEN.

m. Redução ao valor recuperável de ativo

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

n. Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

o. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

De acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009:

- **Ativos contingentes** - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização.
- **Passivos contingentes** - São representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. A provisão é reconhecida para a parte da obrigação para a qual é provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos.

São constituídas provisões levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevante, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

- **Obrigações legais** - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutivo é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

p. Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base “*pro rata dia*”) e incorridos, assim como, provisão para perda, quando julgada necessária.

q. Créditos tributários, impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao imposto de renda e contribuição social são constituídos sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal. De acordo com o disposto na Circular nº 3.171/2002 BACEN e Resolução n.º 3.059/2002 CMN, a expectativa de realização dos referidos créditos e obrigações da instituição, conforme demonstrado na Nota 19 está baseada em projeção de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico revisado e atualizado em 30 junho de 2017.

r. Resultado de exercícios futuros

Referem-se a receitas de operações de crédito recebidas antecipadamente, que serão reconhecidas conforme os prazos dos contratos de financiamentos.

s. Estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As informações financeiras do Banco incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, outras provisões e projeções de realização de créditos tributários. As informações financeiras da Administradora incluem o valor residual do ativo imobilizado, imposto de renda diferido ativo, provisão para perda a valor de mercado de imóveis destinados a venda, provisão para perda de créditos de liquidação duvidosa e provisão para perda em aplicações em cotas de consórcios. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

t. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

As instituições que compõem o Conglomerado Prudencial são patrocinadores de plano de previdência complementar, do tipo contribuição definida (Nota 27) com benefício mínimo garantido, que tem como objetivo principal a suplementação de benefícios assegurados e prestados pela previdência social aos seus empregados. O referido plano contempla os seguintes benefícios: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, benefício proporcional e benefícios mínimos garantidos. O plano de benefício é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, por atuário independente, para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente no patrimônio líquido, no grupo de resultados abrangentes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 - Benefício a Empregados.

Os custos de patrocínio de plano de pensão são reconhecidos como despesas no momento em que são realizadas as contribuições.

u. Outros benefícios a empregados

Outros benefícios concedidos a empregados e administradores incluem, em adição à remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e plano de previdência privada - contribuição definida, (Nota 27). Esses benefícios são registrados no resultado do exercício por ocorrência de uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Operações compromissadas		
Até 30 dias	-	-
Posição Bancada	-	-
Letras do Tesouro Nacional	9.770	19.340
Disponibilidades	1.057	256
 Total	10.827	19.596

5 Títulos e valores mobiliários

	2017				2016		
	Sem vencimento	A vencer até 12 meses	A vencer acima de 12 meses	Valores de mercado (contábil)	Valor de custo	Marcação a mercado	Valor de mercado (contábil)
Títulos para negociação							
Letras financeiras do tesouro (LFT)	-	4.326	13.721	18.047	18.055	18.047	22.931
Fundos de investimento	6.191	-	-	6.191	6.191	6.191	7.901
Certificado de depósito bancário (CDB Pós fixado)	-	3.011	10.183	13.194	13.194	13.194	10.006
Debêntures compromissadas	-	15.310	-	15.310	15.310	15.310	16.573
	6.191	22.647	23.904	52.742	52.750	52.742	57.411

O valor de mercado dos títulos públicos federais foi apurado com base na cotação obtida na Associação Brasileira de Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

O valor de mercado dos investimentos em debêntures compromissadas é correspondente aos preços dos ativos divulgados por fontes externas. O valor de mercado dos títulos privados é correspondente aos preços dos ativos na CETIP - Mercados Organizados. As aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001 os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos para negociação devem ser apresentados no ativo circulante, independente do prazo de vencimento.

6 Operações de crédito

As informações da carteira em 30 de junho de 2017 e 2016 são assim sumarizadas:

a. Composição da carteira por modalidade

	2017		2016	
	R\$	% sobre total da carteira	R\$	% sobre total da carteira
Empréstimos (a)	38.746	12,85	29.219	7,98
Direitos creditórios descontados	16.092	5,33	9.384	2,57
Financiamentos (b)	246.805	81,82	327.202	89,45
Total	301.643	100,00	365.805	100,00
Circulante	226.855	75,21	227.982	62,32
Realizável a longo prazo	74.788	24,79	137.823	37,68
Total	301.643	100,00	365.805	100,00

(a) Composto por operações de empréstimo capital de giro.

(b) Composto por operações de financiamento com recursos BNDES/FINAME, CDC, Vendor e Compror (*Floor Plan*).

b. Diversificação da carteira por vencimento

	2017		2016	
	R\$	%	R\$	%
Vencidos:	5.691	1,89	8.847	2,42
A vencer:				
Até 90 dias	152.551	50,57	123.270	33,70
De 91 até 360 dias	68.612	22,75	95.864	26,21
Acima de 361 dias	74.789	24,79	137.824	37,67
Total	295.952	98,11	356.958	97,58
Total	301.643	100,00	365.805	100,00
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - circulante	(9.439)	74,43	(5.863)	68,96
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - realizável a longo prazo	(3.243)	25,57	(2.639)	31,04
Total provisão para créditos de liquidação duvidosa	(12.682)	100,00	(8.502)	100,00
Total da carteira líquida	288.961	-	357.303	-

c. Diversificação da carteira por nível de concentração

	2017		2016	
	R\$	% sobre total da carteira	R\$	% sobre total da carteira
Principal devedor	15.788	5,23	9.075	2,48
20 maiores devedores seguintes	94.399	31,30	102.218	27,94
Demais devedores	191.456	63,47	254.512	69,58
Total	301.643	100,00	365.805	100,00

d. Composição da carteira por nível de risco

Nível de risco	Percentual de provisão	2017		2016	
		Valor da carteira R\$	Valor da provisão R\$	Valor da carteira R\$	Valor da provisão R\$
AA	0,00%	20	-	9.705	-
A	0,50%	173.225	866	257.319	1.287
B	1,00%	58.734	587	44.593	446
C	3,00%	49.163	1.475	34.357	1.031
D	10,00%	6.599	660	8.974	897
E	30,00%	6.247	1.874	8.445	2.533
F	50,00%	640	320	95	48
G	70,00%	383	268	190	133
H	100,00%	6.632	6.632	2.127	2.127
Total		301.643	12.682	365.805	8.502

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	2017	2016
Saldo inicial	13.006	7.840
Constituição de provisão	15.944	5.759
Reversão de provisão	(11.984)	(3.453)
Créditos baixados contra prejuízo (a)	(4.284)	(1.644)
Saldo final	12.682	8.502

(a) Os créditos baixados contra prejuízo obedecem as práticas contábeis descritas na Nota 3.f

e. Composição da carteira de operações de crédito por indexador

	2017		2016	
	R\$	%	R\$	%
Operações pré-fixadas	260.751	86,44	332.619	90,93
Operações pós-fixadas	40.892	13,56	33.186	9,07
Total	301.643	100,00	365.805	100,00

f. Composição da carteira de operações de crédito por atividade econômica e tipo de cliente

	2017		2016	
	R\$	%	R\$	%
Indústria	21.777	7,22	24.544	6,71
Comércio	140.544	46,59	108.262	29,60
Serviços	138.737	46,00	231.596	63,31
Pessoa jurídica	301.058	99,81	364.402	99,62
Pessoa física	585	0,19	1.403	0,38
Total	301.643	100,00	365.805	100,00

Em 30 de junho de 2017 foram recuperados créditos anteriormente baixados como prejuízo no montante de R\$ 512 (R\$ 19 em 2016).

No semestre findo em 30 de junho de 2017 foram renegociadas operações no total de R\$ 13.147 (R\$ 17.812 em 2016).

7 Recursos pendentes de recebimento - Randon Administradora de Consórcios Ltda

Referem-se a recursos a receber oriundos de cobrança judicial decorrentes de encerramentos dos grupos transferidos para a Administradora, conforme determina a Circular BACEN nº 3.432/2009, sendo que, as respectivas obrigações de ratear os valores proporcionalmente entre os beneficiários, quando recuperados, estão registradas na conta de recursos pendentes de recebimento no passivo.

8 Outros créditos - diversos

	2017	2016
Créditos tributários de impostos e contribuições (Nota 19)	18.168	15.720
Devedores diversos (a)	3.195	4.757
Adiantamento e antecipações salariais	348	306
Impostos a compensar	130	-
Direitos por adiantamentos a terceiros (b)	89	3.406
Títulos e créditos a receber (c)	78	-
Depósitos judiciais	61	19
Rendas a receber	-	1
Total	22.069	24.209
(-) Circulante	(6.566)	(11.664)
Total realizável a longo prazo	15.503	12.545

- (a) Os valores de devedores diversos referem-se a adiantamento a fornecedores e de viagens, adiantamentos diversos por nossa conta, valores a receber do Banco Itaú referentes à cobrança de parcelas efetuadas no último dia do mês de junho, repassados ao Banco em D+1, e outros.

- (b) Referem-se a adiantamentos concedidos a fornecedores, relativos a recursos antecipados de grupos de consórcios, efetuados de acordo com a Carta-Circular BACEN nº 3.047/2002, sendo que as respectivas antecipações estão registradas na conta de obrigações por adiantamentos de terceiros. O valor também é apresentado na nota explicativa nº 15 c (Outras obrigações - diversas).
- (c) Os valores de títulos e créditos a receber referem-se a cotas de consórcios advindas de acordo para liquidação de dívida de cliente, líquidos de provisão para perdas.

9 Pagamentos a ressarcir - Randon Administradora de Consórcios Ltda

	2017	2016
Empréstimos a grupos encerrados (a)	30.730	32.044
Cotas adquiridas de grupos em andamento (b)	37.651	30.589
Total	68.381	62.633
(-) Provisão para perda com empréstimos a grupos encerrados (a)	(26.646)	(21.431)
Total líquido de provisões	41.735	41.202

a. Empréstimos a grupos e provisão para perda com empréstimos a grupos encerrados

Referem-se a empréstimos realizados a grupos de consórcios e as respectivas provisões de perdas constituídas conforme avaliação da realização destes empréstimos, baseados na situação financeira dos grupos tomadores.

b. Cotas de consórcio

Referem-se a cotas de consórcio dos grupos de bens imóveis e bens móveis, administrados pela própria Administradora. Em 30 de junho de 2017 e 2016 o saldo em aberto estava composto de investimentos nos seguintes segmentos de consórcios:

Segmento (bem)	2017	2016
Bens imóveis	10.323	10.419
Bens móveis	27.328	20.170
Total	37.651	30.589

Os valores referem-se a investimentos em grupos de imóveis e em grupos de bens móveis, sendo eles automóveis, máquinas e equipamentos agrícolas, carrocerias, caminhões e ônibus.

Em atendimento a Lei nº 11.795, de 08 de outubro de 2008, os créditos correspondentes a participação da Administradora em grupos de consórcios, por ela administrados, são atribuídos após a contemplação de todos os demais consorciados do grupo, sendo desta forma integralmente registrada em ativo não circulante.

10 Bens não de uso próprio

	2017			2016
	Custo	Provisão para desvalorização	Custo líquido de provisão	Custo líquido
Outros	204	(11)	193	70

Os ativos não circulantes recebidos em liquidação total ou parcial das obrigações de pagamento de seus devedores quando reintegrados, são considerados bens não de uso próprio. Os bens não de uso próprio são mensurados e contabilizados pelo valor justo de mercado e destinados à alienação, cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada em até um ano.

11 Imobilizado de uso e intangível

	2017			2016	
	Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido	Taxas anuais médias de depreciação %
Imobilizado de uso					
Móveis e utensílios e instalações	926	(729)	197	242	8,6 a 15,5
Equipamentos de informática	1.230	(930)	300	286	15,1 a 35,7
Sistemas de transporte	235	(151)	84	130	10 a 38,1
Outras imobilizações	38	(24)	14	20	19,5 e 25,2
Total	2.429	(1.834)	595	678	
Intangível					
Sistemas de processamento de dados	5.126	(4.684)	442	648	15,3
Marcas e patentes	11	-	11	11	-
Software e licença de uso	294	(252)	42	69	49,3
Total	5.431	(4.936)	495	728	
Total imobilizado de uso e intangível	7.860	(6.770)	1.090	1.406	

12 Depósitos

Em 30 de junho de 2017 e 2016 os depósitos a prazo estavam sendo remunerados à taxas que variam de 35% a 100% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), sem restrição de resgate e que possuem a seguinte distribuição de vencimentos:

2017						
Circulante	Exigível a longo prazo				Total	Total
Até 12 meses	De 12 a 24 meses	De 24 a 36 meses	Acima de 36 meses	Total	Total	
Depósitos a prazo	24.933	7.329	602	-	7.931	32.864
Total	24.933	7.329	602	-	7.931	32.864

2016						
Circulante	Exigível a longo prazo				Total	Total
Até 12 meses	De 12 a 24 meses	De 24 a 36 meses	Acima de 36 meses	Total	Total	
Depósitos a prazo	1.856	24.250	2.102	577	26.929	28.785
Total	1.856	24.250	2.102	577	26.929	28.785

13 Obrigações por empréstimos e repasses

2017					
	Circulante			Exigível a longo prazo	
	Até 3 meses	De 3 até 12 meses	Total	Acima de 12 meses	Total
Repasses no País - Finame	20.156	47.409	67.565	50.705	118.270
Total	20.156	47.409	67.565	50.705	118.270

2016					
	Circulante			Exigível a longo prazo	
	Até 3 meses	De 3 até 12 meses	Total	Acima de 12 meses	Total
Repasses no País - Finame	25.819	69.746	95.565	119.658	215.223
Total	25.819	69.746	95.565	119.658	215.223

Os recursos internos para repasses no País representam captações de recursos junto à Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME por intermédio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. As operações contratadas, observadas as características de cada programa, possuem vencimentos mensais e trimestrais até o ano de 2020. Tais recursos são repassados nos mesmos prazos e taxas de captação do programa acrescidos da comissão de repasse. Os encargos financeiros incidentes sobre obrigações por repasses são: (a) nas operações pós-fixadas de 8,4% a.a. a 11,50% a.a., com as variações do indexador TJLP, e, (b) nas operações pré-fixadas de 0% a.a. até 20,46% a.a..

14 Fiscais e previdenciárias

	2017	2016
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	3.491	3.063
Impostos e contribuições a recolher	2.464	2.211
Total	5.955	5.274

15 Outras obrigações - diversas

	2017	2016
Circulante		
Provisão para pagamentos a efetuar (a)	2.929	2.510
Provisão para contingências (Nota 16)	1	50
Saldo remanescente de grupos a pagar (b)	5.384	6.121
Provisões de comissões	3.477	4.098
Fornecedores	331	470
Obrigações por adiantamentos a terceiros (c)	89	3.406
Outros débitos	821	423
Total circulante	13.032	17.078
Exigível a longo prazo		
Provisão para contingências (Nota 16)	586	210
Dívida subordinada elegíveis a capital (d) (Nota 23)	90.978	80.606
Total exigível a longo prazo	91.564	80.816
	104.596	97.894

- (a) O valor de provisão para pagamentos a efetuar refere-se a despesas de pessoal, provisões de encargos e outras despesas administrativas a pagar.
- (b) Referem-se a obrigações decorrentes de encerramentos dos grupos de consórcio cujos recursos foram transferidos para a Administradora, conforme determina a Circular BACEN nº 3.432/09, atualizadas de acordo com os rendimentos proporcionados pelas aplicações dos recursos.
- (c) Referem-se a adiantamentos recebidos de grupos de consórcio que foram concomitantemente repassados na forma de adiantamentos concedidos a fornecedores, conforme mencionado na nota explicativa nº 8 b.
- (d) Em 17 de dezembro de 2013, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.192/13 o Banco efetuou operação de captação, através de emissão de Letra Financeira Subordinada junto a Randon S.A. Implementos e Participações, controladora do Grupo Randon. A captação de recursos no valor de R\$ 60.000, com vencimento em 15 de dezembro de 2023, possui remuneração mensal de 100% do CDI, pagos semestralmente a partir de 09 de julho de 2019.

16 Contingências

As empresas que compõem o Conglomerado Prudencial são partes em ações judiciais e processos administrativos, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, previdenciárias e outros assuntos.

Com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, é constituída a provisão para contingência tendo em vista a existência de ações judiciais com probabilidade de perda provável.

Em 30 de junho de 2017 as ações judiciais com perda provável e possível atualizadas montam os valores de:

	2017		2016	
	Provável	Possível	Provável	Possível
Natureza				
Trabalhista (*)	586	420	210	272
Tributário	-	67	-	60
Cível				
Indenizatória	-	3	-	-
Ordinária	-	122	-	-
Cautelar exhibitória	1	-	-	-
Danos morais	-	-	50	-
Revisional	-	-	-	1
Ação de cobrança	-	1.618	-	-
	587	2.230	260	333
Total				

(*) A Administradora de Consórcio figura como parte envolvida em outros processos judiciais de natureza trabalhista com probabilidade de perda possível para as quais de acordo com seus assessores, há possibilidade de que a Administradora seja desvinculada destes processos, não mais figurando como requerida dos mesmos.

Movimentação da provisão para passivos contingentes

	2017	2016
Saldo inicial	434	215
Constituição (reversão) de provisão	153	45
Saldo final	587	260

17 Resultado de exercícios futuros

	2017	2016
Comissão por financiamento	997	891
Total	997	891

As comissões por financiamento representam receitas de encargos financeiros de operações de crédito pagas antecipadamente pela Randon S.A. Implementos e Participações e outras empresas do Grupo. A comissão é apurada pela diferença entre a aplicação da taxa de juros

praticados pelo Banco e a taxa de juros estabelecida pela promoção da conveniada nas modalidades de financiamento de Vendor, Compro (Floor Plan) e CDC, conforme contratos de convênio para financiamento firmado entre as empresas do Grupo Randon.

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social é de R\$ 75.000, representado por 39.823.221 ações ordinárias e 39.823.221 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, em 30 de junho de 2017 e 2016.

b. Dividendos

No Banco, as ações do capital social são asseguradas à distribuição de dividendos mínimos, obrigatórios, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício. O dividendo será pago dentro do exercício em que for declarado quando houver lucros passíveis de distribuição. Em 12 de maio de 2017, foram pagos dividendos, aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 27 de abril de 2017, relativos à data-base 31 de dezembro de 2016 e dividendos complementares.

Na Administradora, ao término de cada exercício social o lucro líquido apurado, após as deduções e amortizações legais, será destinado como segue: (a) 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, serão distribuídos aos quotistas, a menos que de outra forma seja acordado pelas sócias; e, (b) o saldo será transferido para conta “Reserva geral de lucros”, podendo, a critério dos quotistas, serem distribuídos como lucros adicionais ou capitalizados. Em 31 de maio de 2017, foram pagos dividendos, aprovados conforme Ata n.º 57 de Reunião de Sócias realizada em 04 de abril de 2017, relativos à data-base 31 de dezembro de 2016.

No semestre foram pagos dividendos conforme demonstrado a seguir:

	2017	2016
Saldo no início do semestre	21.362	17.936
Dividendos complementares provisionados	4.559	4.645
Dividendos suplementares provisionados	-	3.306
Pagamentos realizados no semestre	<u>(25.921)</u>	<u>(25.887)</u>
Saldo atual, em 30 de junho	<u>-</u>	<u>-</u>

c. Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício limitada até 20% do capital social nos termos do artigo 193 da Lei n.º 6.404. No ano de 2016 houve a constituição de reserva legal de 5% sobre o lucro líquido. Conforme regulamentado na Circular n.º 1273 de 29 de dezembro de 1987 do BACEN, foi constituída reserva legal para a data-base 30 de junho de 2017.

d. Reservas estatutárias

As reservas estatutárias são constituídas com o saldo remanescente do lucro líquido, após a distribuição dos dividendos e da constituição da reserva legal, e destina-se a investimentos e a manutenção do capital de giro, a qual terá o limite de 80% (oitenta por cento) do capital social.

19 Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do resultado de IRPJ e CSLL

A provisão para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é calculada pela aplicação de alíquota de 20% no Banco e 9% na Administradora, e a provisão para Imposto de Renda (IRPJ), pela aplicação de alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro real que exceder a R\$ 240 no ano (R\$ 120 no semestre).

	2017	2016
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	24.164	22.159
Encargos (IRPJ e CSLL) à alíquota nominal de 25% e 20%, respectivamente (Banco)	(2.520)	(3.111)
Encargos (IRPJ e CSLL) à alíquota nominal de 25% e 9%, respectivamente (Administradora)	(6.312)	(5.184)
Adições permanentes	(108)	(116)
Exclusões permanentes	151	236
Outros ajustes	(261)	(71)
Total	<u>(9.050)</u>	<u>(8.246)</u>
IRPJ e CSLL correntes	(10.107)	(9.219)
IRPJ e CSLL diferidos	1.057	973
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(9.050)	(8.246)
Alíquota efetiva	<u>37,45%</u>	<u>37,21%</u>

b. Movimentação dos créditos tributários

A movimentação dos créditos tributários no período é como segue:

	Saldo em 01/01/2016	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2016
Adições temporárias				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.923	3.219	(3.104)	5.038
Receitas Diferidas	462	2.831	(2.892)	401
Provisão para contingências	80	14	-	94
Provisão para perda de pagamentos a ressarcir	6.028	1.259	-	7.287
Provisão para pagamento de devedores diversos	882	35	-	917
Provisão para comissões	1.535	7.024	(7.269)	1.290
Marcação a mercado	-	9	(2)	7
Outros	837	800	(951)	686
Ativo fiscal diferido (Nota 8)	<u>14.747</u>	<u>15.191</u>	<u>(14.218)</u>	<u>15.720</u>

	Saldo em 01/01/2017	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2017
Adições temporárias				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.857	8.877	(8.134)	6.600
Receitas diferidas	566	3.091	(3.208)	449
Provisão para contingências	147	71	(3)	215
Provisão para perda de pagamentos a ressarcir	8.710	1.174	(824)	9.060
Provisão para comissões	1.249	4.588	(4.731)	1.106
Rendas de garantias financeiras prestadas	9	-	(9)	-
Provisão s/garantias financeiras prestadas	11	-	(11)	-
Marcação a mercado	2	1	-	3
Outros	560	734	(559)	735
Ativo fiscal diferido (Nota 8)	<u>17.111</u>	<u>18.536</u>	<u>(17.479)</u>	<u>18.168</u>

Os valores dos ativos apresentam as seguintes expectativas de realização:

Ano de realização	2017
2017	3.970
2018	5.310
2019	5.236
2020	1.892
2021	1.760
Total	18.168

O valor presente dos créditos tributários, calculados em cada empresa considerando a taxa média de captação no Banco de 8,72% a.a., no montante de R\$ 6.205 (R\$ 4.543 em 2016 à taxa de 14,15% a.a.) e na Administradora à taxa média de custo de capital de 15% a.a., no montante de R\$ 5.598 (R\$ 8.532 em 2016 à taxa média de inflação de 5,5% a.a.), com base nas projeções definidas pelo Banco e Administradora.

20 Receitas de prestação de serviços - Randon Administradora de Consórcios Ltda

Refere-se, basicamente, a taxa de administração cobrada dos grupos de consórcio.

A taxa de administração é cobrada dos participantes dos grupos, no ato do recebimento das prestações mensais para aquisição de bens, em média de 14,83% (13,25% em 30 de junho de 2016) sobre o valor da referida contribuição.

21 Outras despesas administrativas

	2017	2016
Comissões sobre vendas	22.173	20.170
Serviços de terceiros	3.515	2.870
Propaganda e publicidade	2.384	900
Outras despesas administrativas	1.927	1.843
Participação dos empregados	1.693	1.540
Perdas com empréstimos a grupos	1.638	1.790
Despesas de promoções e relações públicas	1.242	1.546
Despesas de manutenção e conservação de bens	859	783
Despesas de serviços técnicos especializados	705	577
Despesas de processamento de dados	539	691
Despesas de viagens no país	463	500
Total	37.138	33.210

22 Outras receitas e despesas operacionais

As contas de outras despesas e receitas operacionais possuem a seguinte composição:

	2017	2016
Multa e juros recebidos	1.017	946
Variações monetárias ativas	689	419
Taxa de manutenção de consorciados não localizados	463	471
Randonprev - Avaliação atuarial	408	203
Receita de equalização de taxa BNDES PSI 2012/09	54	60
Outras receitas operacionais	30	23
Reversão de provisões operacionais	8	284
Total de outras receitas operacionais	2.669	2.406
Despesas com provisões operacionais	(1.298)	(4.054)
Outras despesas operacionais	(56)	(211)
Despesas com processos judiciais	(3)	(4)
Total de outras despesas operacionais	(1.357)	(4.269)

23 Transações com partes relacionadas

a. Transações e saldos

	Ativo		Passivo							
	Outros créditos		Fornecedores		Depósitos a prazo		Dívida Subordinada		Bônus por financiamento (*)	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Randon S.A.										
Implementos e Participações	13	-	(1)	-	(23.588)	(17.688)	(90.978)	(80.606)	-	-
Randon Implementos para O Transporte Ltda	-	-	-	-	(3.832)	(3.782)	-	-	-	-
Master Sistemas Automotivos Ltda	376	527	-	-	-	-	-	-	-	-
Empresas do Grupo Randon	-	-	-	-	-	-	-	-	(997)	(891)
	389	527	(1)	-	(27.420)	(21.470)	(90.978)	(80.606)	(997)	(891)

Banco Randon S.A.
*Demonstrações financeiras consolidadas do
conglomerado prudencial em 30 de junho de 2017*

	Resultado									
	Despesa						Receita			
	Depósitos a prazo		Dívida subordinada		Administrativas		Bônus por financiamento		Prestação de serviços	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Randon S.A. Implementos e Participações	(429)	(388)	(4.858)	(5.076)	(2.443)	(2.301)	-	-	22	-
Randon Administradora de Consórcios Ltda	-	-	-	-	(22)	(8)	-	-	-	-
Randon Implementos para O Transporte Ltda	(83)	(82)	-	-	-	-	-	-	1	-
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
RAR Corretora de Seguros Ltda	-	-	-	-	(1)	-	-	-	-	-
Master Sistemas Automotivos Ltda	-	-	-	-	(88)	(80)	-	-	-	-
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda	-	-	-	-	(1)	(3)	-	-	-	-
Empresas do Grupo Randon	-	-	-	-	-	(4)	7.123	6.396	-	-
	<u>(512)</u>	<u>(470)</u>	<u>(4.858)</u>	<u>(5.076)</u>	<u>(2.555)</u>	<u>(2.396)</u>	<u>7.123</u>	<u>6.396</u>	<u>24</u>	<u>-</u>

(*) Refere-se a equalização de taxa pago pelas empresas do Grupo Randon para incentivo ao financiamento de seus clientes nas modalidades de financiamento de Vendor, Compras (*Floor Plan*) e CDC (Nota 17).

As operações com partes relacionadas não foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação e condições específicas, considerando os volumes das operações e prazos.

Os grupos de consórcio possuem adiantamentos a fornecedores em aberto com a Randon S.A. Implementos e Participações (controladora direta), mencionados nas notas explicativas nº. 8b e 15c, no montante de R\$ 89 (R\$ 3.406 em 2016). A Randon S.A. Implementos e Participações possui investimentos em cotas de grupos de consórcios mantidos pela Administradora, no montante de R\$ 27.998 (R\$ 19.868 em 2016).

b. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração paga no semestre findo em 30 de junho de 2017 foi de R\$ 1.131 (R\$ 1.021 em 2016), referente à benefícios de curto prazo, e R\$ 15 (R\$ 15 em 2016), referente a benefícios de longo prazo.

O Banco não disponibiliza outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

A Administradora não pagou rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

24 Instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de junho de 2017 e 2016 o Banco e a Administradora não possuem operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em aberto.

25 Limite operacional (Acordo da Basileia)

As instituições financeiras são obrigadas a manter permanentemente capital (patrimônio de referência), compatível com os riscos de suas atividades.

Atualmente no Brasil o requerimento mínimo de Patrimônio de Referência corresponde a 9,25% do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), decaindo gradualmente até 8% em 2019. Em contrapartida, a partir do primeiro trimestre de 2016 as normas do BACEN estabelecem um Adicional de Capital Principal (ACP), que corresponde à soma das parcelas ACPConservação, ACPCContracíclico e ACPSistêmico que, em conjunto com as exigências mencionadas no parágrafo anterior, aumentam as exigências de capital ao longo do tempo.

O Índice de Basileia do Conglomerado Prudencial para 30 de junho de 2017 é de 35,65% apurado conforme Circular nº. 3.678/13 do BACEN. (31,92% em 30 de junho de 2016).

26 Estrutura de gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital

A área de riscos do Banco em atendimento as Resoluções do Conselho Monetário Nacional nº 3.380/2006, 3.464/2007, 3.721/2009, 3.988/2011 e 4.090/2012, destacam os principais aspectos da estrutura de gerenciamento dos riscos Operacionais, de Mercado, de Crédito, de Capital e de Liquidez utilizadas pelo Banco. As descrições completas destas estruturas, assim como informações relativas à Razão de Alavancagem e Adicional de Capital Principal encontram-se disponíveis para consulta no Relatório de Gerenciamento de Riscos, disponível no endereço eletrônico www.bancorandon.com.br.

Risco de crédito

O risco de crédito conforme Resolução CMN nº 3.721/2009, corresponde à possibilidade de perdas financeiras pelo Banco decorrente do não cumprimento, por parte dos tomadores ou contraparte, das suas obrigações pactuadas. Para mitigação deste risco, o Banco adota políticas de concessão e gerenciamento de crédito baseadas, entre outros instrumentos, na avaliação da capacidade de pagamento dos tomadores e delimitação dos níveis de exposição e garantias de forma a manter as exposições a níveis aceitáveis.

Risco de mercado

Risco de mercado conforme Resolução CMN nº 3.464/2007 tem como objetivo apurar valor relativo ao descasamento de taxas entre as operações ativas e as passivas, sendo o seu valor reservado no patrimônio de referência. As exposições de risco de mercado do Banco, são controladas e administradas através da gestão dos descasamentos de moedas, vencimentos e taxas de juros.

Risco operacional

A Resolução CMN nº 3.380/2006 dispõe sobre a implementação de estrutura de gerenciamento do risco operacional das instituições financeiras. O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Com a finalidade de gerir e mitigar o risco operacional, a área de riscos do Banco mitiga os riscos com base no levantamento dos processos, na adequação/ajustes destes, no cumprimento de normas e regras, na estrutura de monitoramento e detecção, no mapeamento dos eventos de perda, além de mensurar os impactos de perda operacional.

Risco de liquidez

A Resolução CMN nº 4.090/2012 dispõe sobre a estrutura de gerenciamento do risco de liquidez, que é representado por descasamentos no fluxo de caixa, decorrente de dificuldades em se desfazer rapidamente de um ativo ou de obter recursos, afetando a capacidade financeira de o Banco honrar suas obrigações. A área de tesouraria diariamente, através de projeções de fluxo de caixa, monitora a posição de liquidez com o objetivo de fornecer subsídios para decisões estratégicas, visando manter o nível de liquidez da Instituição, em patamares que garantam a solvência e a continuidade de seus negócios.

Gerenciamento do capital

O gerenciamento de Capital conforme Resolução CMN nº 3.988/2011 compreende o monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, bem como a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos ao qual o Banco está sujeito. A estrutura de gerenciamento do Banco planeja suas metas de necessidade de capital considerando as melhores práticas de mercado e respeitando os objetivos estratégicos da instituição, bem como a complexidade e natureza de suas operações.

27 Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

As empresas que compõem o Conglomerado Prudencial são patrocinadoras do RANDONPREV - Plano de Pensão, que tem como objetivo principal a suplementação de benefícios assegurados e prestados pela previdência social aos seus empregados. O plano de suplementação é do tipo contribuição definida de aposentadoria para seus funcionários, com regime financeiro de capitalização.

O Plano de pensão RANDONPREV é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, afim de verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros.

O Banco e a Administradora oferecem plano de benefício definido que substancialmente cobre todos os seus empregados, sendo que as contribuições sejam feitas a fundos separados dos fundos próprios da Instituição.

Para o semestre findo em 30 de junho de 2017 não houveram mudanças significativas no plano, no número de participantes e nas premissas que compõem a base atuarial em relação àquelas utilizadas em 31 de dezembro de 2016.

Conselho de Administração

Presidente: Alexandre Randon
Vice-Presidente: Astor Milton Schmitt
Conselheiro: Erino Tonon

Diretoria

Diretor Superintendente: Joarez José Piccinini
Diretor Administrativo: Jaime Marchet
Diretor Comercial: Geraldo Santa Catharina

Contadora

Renata Elisa Zini Gil
CRC/RS-073143/O-1